

PROCESSO DE TRABALHO E AGRAVOS À SAÚDE NO CIRCUITO PRODUTIVO AVÍCOLA

Fernando Mendonça Heck¹

Resumo

O capital da frigorificação de carnes tem como centralidade, para manter seus patamares de acumulação, distintos mecanismos de exploração, controle e subordinação do trabalho. Por isso, apropria-se de forma indissociável da subordinação da renda da terra e do trabalho excedente (mais valia), no campo e na cidade, o que cria relações de trabalho complexas e heterogêneas que vão desde o trabalho familiar camponês, proletário (formal e informal) etc. Estudar tais relações é o objetivo deste artigo, parte também das preocupações desenvolvidas em tese de doutorado recentemente defendida. Do ponto de vista metodológico, construímos a pesquisa a partir das fontes orais, bem como da análise documental e estatística, numa perspectiva de articulação destas nos seus limites e complementaridades. Por fim, defendemos que é necessário o repensar teórico do conceito de trabalho e classe trabalhadora como uma perspectiva que possa contribuir para o avanço das lutas de contraespaço, seja em escala geral ou mesmo no âmbito do circuito produtivo da frigorificação de carnes.

Palavras-chave: Trabalho, Espaço, Contraespaço.

Introdução

O circuito produtivo da carne no Oeste Paranaense, exportada para mais de 150 países do mundo, articula uma série de processos produtivos que ultrapassam os limites do campo e da cidade. Do ponto de vista empresarial, tal situação justifica o discurso da geração de empregos e da manutenção das famílias no campo, já que nas suas narrativas, é “graças” ao capital da frigorificação de carnes que estes sujeitos sociais tiveram acesso ao trabalho e a renda. Tendo em vista tais preocupações, o caminho que optamos em seguir no presente artigo foi estudar as relações de trabalho no circuito produtivo deste setor em específico. Isso permitiu, além de rejeitar a ideologia do “desenvolvimento”, compreender aquilo que está na base real deste circuito produtivo: a exploração do trabalho em suas múltiplas formas de subordinação e controle.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Avançado Tupã. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Email: fernando.heck@ifsp.edu.br.

Tal opção está fundamentada, obviamente, numa perspectiva de “leitura” geográfica, que consiste em partir da aparência do arranjo paisagístico, para compreender a essência que configura a organização deste espaço e suas relações de poder, domínio e controle. Por isso, é essencial e indispensável buscar entender as relações sociais, invisíveis por si só no arranjo paisagístico, mas que fundamentam a existência dos objetos espaciais na paisagem, como é o caso do aparato produtivo do capital da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná.

Assim organizamos a discussão em dois itens. No primeiro ressaltamos o entendimento do trabalho como categoria fundamental para compreensão do espaço geográfico, bem como apontando como esta permite fundar uma Geografia do Trabalho centrada nos sujeitos sociais. Em seguida, discutimos as relações de trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes a base pela qual se assenta a presença, no arranjo paisagístico, deste tipo de capital no Oeste do Paraná.

Espaço geográfico e a dialética do trabalho

Partimos do entendimento de que o trabalho, em seu sentido ontológico, é a categoria fundante para compreensão do espaço geográfico (LIMA, 2014; SOUZA et al., 2016; THOMAZ JUNIOR 2017). Este, entendido como eterna condição de existência dos homens e mulheres, independente de todas as formas de sociedade, isto é, a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre sociedade e natureza e, portanto, da vida social – parafraseando Marx (1983) – também é a base para compreensão da produção social do espaço. Isto é, o ser social² por suas características próprias e específicas, a partir da gênese do pôr teleológico do trabalho, ao transformar de forma objetiva e consciente a natureza, não apenas transforma esta e a si mesmo, mas produz um espaço social (LEFEBVRE, 2006).

Por isso, espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico, lido na sua primeira forma de manifestação sensível – a paisagem – é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho, a relação homem/mulher meio, é a essência (MOREIRA, 2010). Em decorrência, podemos afirmar com Ruy Moreira que o espaço é produto do trabalho (espaço socialmente produzido/segunda natureza) e condição material dele (primeira natureza), ou seja, uma relação dialética. Como sintetiza Emilia

² Aqui referenciamos-nos na compreensão de Lukács (2013) sobre as três esferas do ser: orgânico, inorgânico e social.

Moreira (2002, p.36): “(...) a natureza primeira ou o espaço natural constitui, portanto, a matéria-prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico”.

Porém, é preciso ultrapassar essa importante constatação aparente (da paisagem enquanto expressão visível-sensível do espaço humanamente produzido), para entender que o constante afastamento das barreiras naturais – por parte do ser social – não significa, necessariamente, a fundação de uma sociedade humanamente coerente ou justa. É importantíssimo perceber que, as paisagens humanizadas, no geral, são produtos de uma relação social de exploração, dominação e controle do trabalho³.

O corolário disso é que quanto mais se desenvolve o trabalho e a divisão do trabalho, não há tão somente uma tendência de transformar a natureza com fins humanos, como é o caso do trabalho produtor de valores de uso, mas a intenção, cada vez mais sofisticada, de exercer influência sobre a consciência de outros homens e mulheres, para execução dos pores teleológicos do trabalho desejados por outrem. Essa tendência, conforme assinalou Lukács (2013), cruza no plano social necessariamente com o surgimento das classes sociais, sendo também o pilar da emergência do trabalho estranhado. Ou seja, esse é o momento em que uma classe passa a exercer sua hegemonia sobre outra, e o espaço produzido – que se materializa nos objetos geográficos presentes no imediato da paisagem – é resultado de uma relação social de exploração do trabalho, característica central das sociedades de classe, sobretudo da capitalista.

Assim, compreender a produção social do espaço é uma tarefa que implica partir das relações mais aparentes, visíveis e descritivas (paisagem) até aquelas consideradas invisíveis, mas que se configuram na base pela qual verificamos no arranjo paisagístico a presença dos objetos geográficos. Portanto, compreender o processo de trabalho, nos mais distintos setores econômicos é fundamental, pois é a partir destas variadas formas de subordinação, controle e exploração do trabalho que se assentam as bases para existência na paisagem da agroindústria, indústria etc.

Tal perspectiva analítica permite, dentre outras coisas, construir um contraponto às discussões clássicas sobre indústria e economia em Geografia que, no geral, centram-se em compreender a dinâmica e a localização das indústrias/agroindústrias. Estas, geralmente preocupam-se mais com a discussão no âmbito da “espacialização” das indústrias e sua

³ Obviamente que aqui estão excluídos os territórios indígenas, de comunidades tradicionais, dentre outros que não assentam-se, necessariamente, em tais relações citadas.

eventual concentração/desconcentração nos lugares, do que com a essência histórica da sua existência.

O ponto fundamental desta crítica centra-se em pensar a existência de tais objetos geográficos ligados à construção histórica da sociedade dependente da extração de trabalho excedente (não-pago), da subordinação da renda da terra dos trabalhadores(as) camponeses(as), e outras formas de exploração/controlado do trabalho, isto é, aquilo que é o motor central para a existência na paisagem de tais indústrias/agroindústrias. Somente “especializá-las” num produto cartográfico (atividade que sem dúvida nenhuma é importante, mas não suficiente), ou dar prioridade apenas para a discussão de sua centralidade ou não em determinadas regiões (teorias da concentração/desconcentração industrial), não deve ser encarada como suficiente para a “leitura” geográfica do trabalho. Com isso queremos dizer que, construir uma perspectiva de Geografia centrada na categoria trabalho deve atentar-se, imprescindivelmente, para esfera dos sujeitos sociais e as relações históricas de trabalho estabelecidas nas quais se inserem, elementos que são, de fato, o fundamental para existência das estruturas, que se expressam empiricamente, através de objetos geográficos como as indústrias/agroindústrias.

Este é o referencial sob o qual amparamo-nos para desvendar as tramas da exploração do trabalho que se materializam no âmbito da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná. Isso é possível, pelo fato de eleger o trabalho como a categoria central da pesquisa, bem como o entendimento da sua dimensão de duplicidade: ontológico (fonte genética de toda e qualquer forma de sociedade humana) e o histórico-concreto (abstrato). Assim, é possível questionar que, ao mesmo tempo em que o espaço socialmente produzido no Oeste Paranaense é produto do trabalho, a relação social que o estrutura, centra-se em formas de dominação, controle e exploração dos trabalhadores(as), o que permite a existência das formas espaciais do arranjo paisagístico, como as fábricas, aviários, dentre outras que se ligam ao processo produtivo da frigorificação de carnes. Em decorrência, estudar estas relações sociais invisíveis no imediato da paisagem é fundamental para a compreensão daquilo que está na base real deste circuito produtivo: a exploração do trabalho em suas múltiplas formas de subordinação e controle.

As relações de trabalho na frigorificação de carnes no Oeste Paranaense

Nosso ponto de partida, então, consiste em desvendar o que há por detrás da aparência do processo produtivo da frigorificação de carnes que se expressa, por exemplo, numa série

de abatedouros distribuídos pelos municípios do Oeste Paranaense (Figura 1) e que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o ano de 2015, geraram juntos 32.991 empregos formais. Isto equivale a 11,8% dos postos de trabalho do setor em escala nacional.

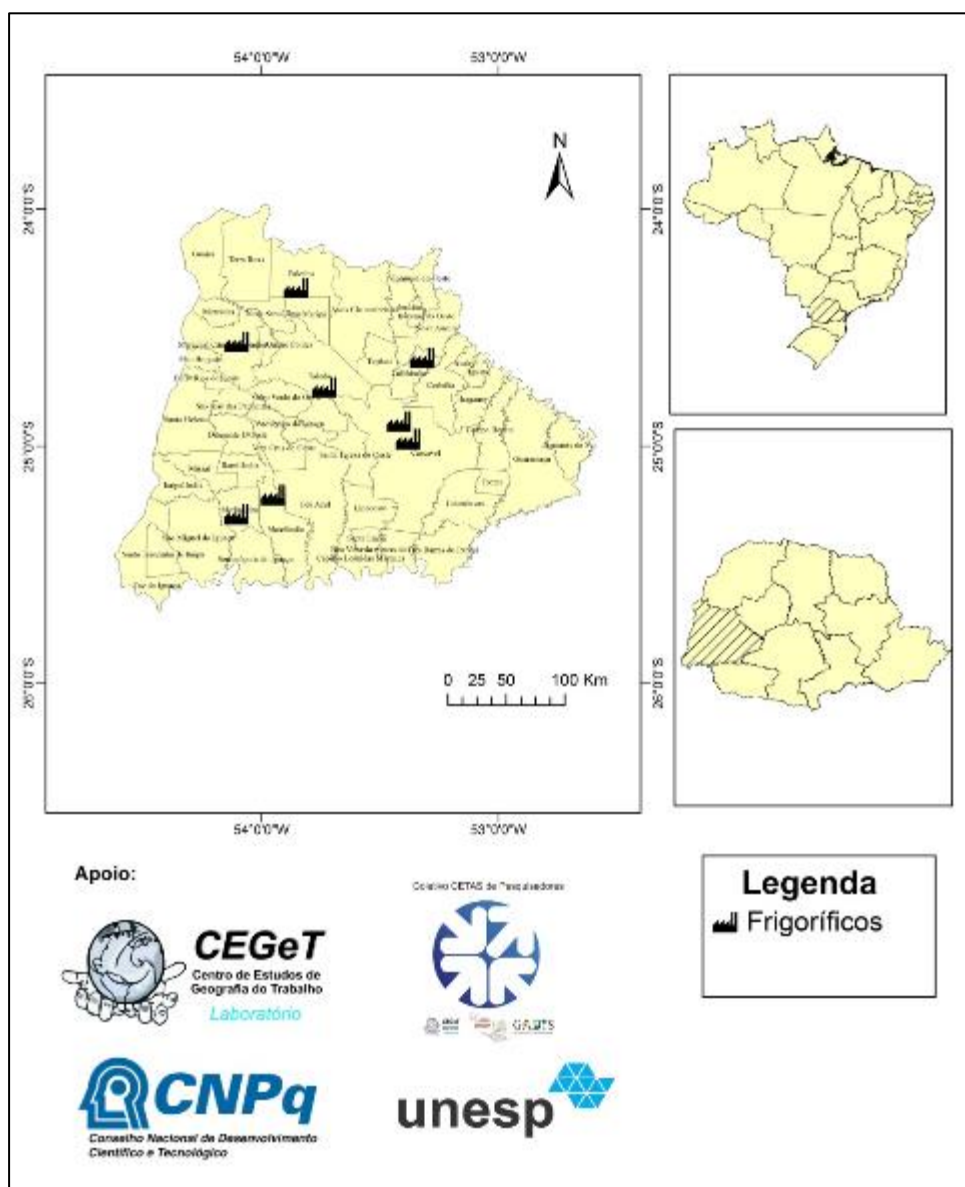
Assim, para nossa análise, é pouco relevante evocar o discurso ufanista da panaceia do desenvolvimento regional que encontra adeptos até mesmo nas universidades locais. Na verdade, como já discutimos em nossa tese de doutorado⁴, este entendimento procura produzir um falso consenso, promovendo a ideologia ilusória de uma região supostamente desenvolvida e esterilizada de antagonismos de classe (MONTENEGRO-GOMEZ, 2002). Por esse motivo, o que realmente nos interessou investigar foram as relações de trabalho ao longo do circuito produtivo da frigorificação de carnes e as formas de dominação, subordinação, controle e exploração do trabalho – a base real sob a qual se expressa no arranjo paisagístico as plantações de soja, milho, galpões de matrizes e engorda de frangos e suínos, frigoríficos etc.

Deste modo, compreende-se desde o início que o processo de trabalho na frigorificação de carnes, assim como todos os outros setores produtivos subordinados à lógica do capital, é parte de uma relação estranhada e reificada do trabalho. Isto é, o produto efetivo do trabalho seja no campo ou na cidade não pertence aos(as) trabalhadores(as), mas obviamente, aos donos dos meios de produção. No entanto, há particularidades no circuito produtivo da frigorificação de carnes que não podem ser explicadas apenas pelos conceitos clássicos de mais-valia absoluta e relativa, pois ao verificar as relações de trabalho no campo não encontramos apenas o proletário rural, mas também pequenos proprietários “integrados” aos abatedouros os quais também possuem inserções econômico-sociais bastante heterogêneas, por exemplo, desde o trabalho centrado na mão de obra da família (camponeses) até à contratação de assalariados formais e informais⁵ (pequenos capitalistas).

⁴ Cf. Heck (2017b).

⁵ Desenvolvemos esse assunto com maior afinco em Heck (2016).

Figura 1 – Localização dos principais frigoríficos no Oeste Paranaense



Portanto, apesar de compreendermos que o trabalho ao longo de todo o circuito produtivo apresenta-se a partir de relações degradantes com impactos inclusive na saúde, como abordaremos, percebemos que centrar nossa análise somente no processo de trabalho do frigorífico (proletário) ou na relação de integração (campesinato), seria absolutamente insuficiente. A centralidade nestas relações de trabalho se entendidas de forma individualizada, a nosso ver, permitiam apenas a explicação de parte do circuito produtivo e, neste exato sentido, impediam a compreensão da ossatura da exploração do trabalho na frigorificação de carnes e sua hegemonia: centrada na extração de trabalho excedente e na

subordinação da renda da terra como partes indissociáveis do seu processo de acumulação. Assim trouxemos para o debate a contribuição de Fabrini (2004, p.49) quando diz que “(...) a acumulação não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho (real e formal), mas também através da subordinação da renda da terra”.

Tais características nos cobraram uma interpretação distinta das nossas preocupações anteriores de pesquisa, a exemplo do Mestrado⁶, centrado nas relações de trabalho no frigorífico, o que permitiu questionamentos teóricos (teorias enrijecidas sobre o significado de classe trabalhadora e do campesinato) e políticos (ação das entidades dos/as trabalhadores/as frente à gestão territorial do capital), necessários e polêmicos, porém desafiadores. Efetivamente percebemos na pesquisa que o capital da frigorificação de carnes, por exemplo, se nutre do trabalho familiar camponês na engorda das aves, das inúmeras formas de trabalho proletarizado no campo, inclusive informal e sem registro em carteira (nas granjas de matrizes, apanha de frangos, cuidado com os galpões de frangos e suínos “granjeiros” etc.) e do trabalho proletário industrial-urbano nas plantas de abate e processamento da carne.

Todas estas relações sociais de trabalho são centrais para que este tipo de capital garanta o seu processo de acumulação, no Oeste do Paraná. Por essa razão, compreendê-las permite ir além do empírico do arranjo paisagístico e contribuir para explicar a essência na qual se assenta a produção do espaço geográfico: o controle, dominação, subordinação e exploração do trabalho. Em consequência esta relação possibilita o entendimento duplo de que se por um lado estas distintas formas de exploração do trabalho são a razão da construção de um espaço hegemônico produzido pelo capital, por outro as suas lutas e resistência (contraespaço) não se darão de outra forma senão pela compreensão de unidade entre estes, aparentemente distantes – do ponto de vista teórico enrijecido e das suas instâncias de representação formal – sujeitos sociais. É o que aponta Thomaz Junior (2009, p.153-154):

Para romper essas barreiras/fronteiras, é necessário que tenhamos claro que, se, para o capital, o vazamento do exercício do controle social/territorial para além das marcas rígidas do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe, para o trabalho, reconhecer que há possíveis identidades entre as diferentes formas de sua realização, expressas por meio dos conteúdos sociais do trabalho e advindas daquelas formas espaciais, é igualmente imprescindível, tendo em vista ser a única possibilidade de enfrentar a hegemonia do capital.

⁶ Cf. Heck (2017a).

Contudo, é interessante notar que essa mesma perspectiva teórica perpassa outros estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, e especificamente a tais preocupações no âmbito de outros circuitos produtivos, a exemplo de Perpetua (2016), sobre o capital arbóreo-celulósico no Brasil, e Farias (2013), que abordou as diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital na citricultura paulista. Ambos apontam para uma definição de classe trabalhadora não reduzida a um aglomerado de não detentores dos meios de produção, mas que engloba outros sujeitos sociais como parte da mesma.

Estes referenciais permitiram-nos a apresentação para o desafio da pesquisa, pois fomentaram a concepção que resolvemos seguir para analisar o aparente desconexo conjunto de entrevistas realizadas com os distintos sujeitos sociais do circuito produtivo da frigorificação de carnes, expressas nas mais de mil páginas transcritas⁷. Entre proletários (formais e informais), camponeses e pequenos capitalistas entrevistados diretamente nos trabalhos de campo realizados, quase nunca encontramos narrativas homogêneas. Porém, diferentemente dos pequenos capitalistas, entre os assalariados (formais e informais) e camponeses (que tinham por centralidade o trabalho familiar), observamos haver discursos críticos ao processo de trabalho imposto pelo capital.

José⁸, proprietário de 15 hectares de terra em Toledo (PR), e que tem no trabalho familiar a centralidade da sua produção, cria juntamente com seu filho, nora e esposa, dois galpões de aves e um de engorda de suínos. A sua percepção sobre o trabalho nessa atividade não é nada parecida com o marketing empresarial e ressalta que “viver só de plantação não dá”, motivo pelo qual vinculou sua produção à Brasil Foods. Ao longo da nossa entrevista, as expressões “nós somos escravos”, as críticas constantes aos técnicos das empresas e até mesmo direcionadas à associação de avicultores, expressa parte dos seus descontentamentos com a relação de integração.

A reclamação com relação aos direitos trabalhistas é sempre recorrente, pois estes(as) trabalhadores(as) muitas vezes consideram que, por terem a necessidade de arcar com todos os custos caso algum problema ocorra nos galpões de engorda motivo pelo qual devem ter atenção contínua no trabalho, deveriam ter acesso à alguns direitos trabalhistas. Inclusive narram muitas vezes que são verdadeiros funcionários das empresas e que recebem muito

⁷ Na pesquisa utilizamos de fontes orais próprias ao período do doutorado, de outros pesquisadores e até mesmo do nosso Mestrado. Esse conjunto de materiais fundamentou dois Cadernos de Entrevistas que conta com as transcrições integrais.

⁸ Utilizaremos pseudônimos para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as).

pouco nos lotes de frango e suíno entregues quase que mensalmente. Jandir até faz uma provocação irônica sobre o assunto, em suas palavras: “(...) mas eu acho que tem muita injustiça que a empresa uma hora, ah se eles estão vendendo bem o frango, o pagamento tá razoável, eles tão super vendendo frango, o pagamento continua razoável”.

Desta última afirmação de Jandir fica perceptível que para parte dos(as) produtores(as) integrados(as), engordar frangos e suínos não é nenhum “mar de rosas”. Curiosamente, percebemos que tanto Jandir quanto José são produtores que tem a centralidade no trabalho da família, sem condições econômicas para contratar permanentemente funcionários além de que, quando ocorrem problemas nos lotes, são duramente afetados em sua condição econômica e social. Cogito que este último fragmento da entrevista de Jandir exemplifica esta situação:

Mas, ah cara, é complicado você falar em aviário, porque falar em aviário logo vem na cabeça trabalho, bastante trabalho, bastante empenho, e chega no final do lote as vezes você tem as frustrações, né? Quando você tira pouco, que você acha que vai tirar uma coisa, e não é aquilo. E a empresa não assume, porque a forma de pagamento é pra todos, a ração é pra todos, é a mesma ração, é o mesmo pintinho, é a mesma fórmula pra todos, né? Dizem eles, né? (informação verbal).

A frustração com os pagamentos, o trabalho desempenhado e o constante endividamento para adequações técnicas intermináveis não fazem da relação de integração às empresas abatedouras uma alternativa verdadeiramente rentável. Por esses motivos, não é incomum que muitos(as) camponeses(as) abandonem essa atividade, mas na maioria dos casos acabam “presos” às integradoras, pois as dívidas com os empréstimos bancários os força a continuar na atividade. Marcelo é quem deixa claro essa situação:

(...) e uma das maneiras, isso não está explícito em lugar nenhum, mas uma das maneiras da empresa ter o produtor na mão é sempre exigir investimento. Se você conversar com o pessoal da avicultura, você nunca vai ter o produtor sem dívida. A hora que terminou de instalar um exaustor já vem um nipple novo, terminou de instalar esse nipple, já tem um comedor mais moderno. Você nunca vai ver, ah! esse aviário está construído há dez anos e está idêntico como foi construído. Só que isso não está explícito, mas é o que a gente percebe no dia a dia e a engorda (de suínos) está se caminhando dessa forma ainda não é tão exigente, mas já estamos chegando lá (informação verbal).

Assim, esta relação de subordinação da renda da terra a partir da integração se coloca como uma das facetas da exploração do trabalho familiar camponês. A estratégia do constante endividamento pode não ser explicitamente deliberada, mas é parte do enredo da exploração do trabalho no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes e permite a existência

de inúmeras famílias, no Oeste do Paraná, que aceitem as condições impostas nos contratos de integração. Por isso, entender que os(as) camponeses(as) integrados aos frigoríficos, por serem proprietários, estarem inseridos na cadeia produtiva e desta condição não quererem se excluir, o que os aproxima politicamente da burguesia agroindustrial e do agronegócio, como compreende Moreira (2014), é uma compreensão insuficiente para compreender as tramas da exploração do trabalho neste circuito produtivo. Cremos que esta permanência na atividade é um assunto que necessita de maiores aprofundamentos.

Sendo assim, a continuidade na condição de integrado, isto é, permanecer ligado ao circuito produtivo e dele não querer sair não se trata de “opção”. Nem somente de resistência camponesa para permanência na terra de trabalho. A nosso ver, é uma condição imposta pelas empresas e cooperativas locais, a partir da prática do constante endividamento, motivado principalmente pelas alterações tecnológicas nos galpões destes(as) integrados(as). Como condição ímpar de manter estes sob seu controle e domínio, já que caso parem de alojar os frangos e suínos, as dívidas acumuladas com o capital financeiro são consequência direta e suas implicações drásticas para a família, o que inclui até mesmo na perda da própria terra⁹.

No entanto é preciso apontar que não há homogeneização, ou seja, um perfil idêntico aos avicultores e suinocultores no Oeste Paranaense. Pelo contrário, a presença de produtores altamente capitalizados mesmo que em posse de poucos hectares de terra, como também já apontou Mizusaki (2012), é perceptível. Diferentemente dos(as) camponeses(as), estes produtores estão muito mais próximos da figura do pequeno capitalista do campo, pois não laboram diretamente nos galpões e empregam trabalhadores assalariados (formais e informais) para executarem as tarefas diárias, ficando apenas responsáveis pela “gestão do negócio”. A narrativa de Paulo proprietário de 4 galpões automatizados e em estilo *Dark House* exemplifica nosso argumento:

Na verdade eu quase não trabalho. Eu trabalho só na época nos dias em que eu tenho disponibilidade que são poucos. Eu não, né... eu automatizei a granja praticamente 100%. Então eu tenho um casal que trabalha. E esse casal eles tocam o aviário. Só que eu, como eu gosto de avicultura, todos os dias eu to na granja. Aí eu vou lá, eu chego lá, eu mexo nos painel, entendeu? Eu olho equipamento, eu troco ideia com

⁹ É diferente, por exemplo, dos(as) trabalhadores(as) nas linhas de desmontagem de aves e suínos que tem mantido um movimento constante de rotatividade, um verdadeiro movimento de rejeição ao trabalho. No caso dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), na relação de integração, desistir dessa, é mais complexo, pois envolve ficar diretamente endividado com o banco (capital financeiro) e, no limite, perder a terra. Por isso, o fato de permanecerem na relação de integração não é mera opção, há sérias consequências econômico-sociais ao abandoná-la e as empresas usam isso a seu favor.

eles e tal, peço pra fazer isso e aquilo. Mas, assim, trabalhar mesmo... (informação verbal).

Em consequência é necessário atentar-se para a figura dos(as) trabalhadores(as) vinculados à tais avicultores e suinocultores. Moreira (2014) demonstra que em grande parte dos casos investigados por ele estes(as) trabalhadores(as) eram contratados(as) na condição de sócios – os chamados contratos de parceria – porém estavam irregulares em relação aos percentuais mínimos estabelecidos pelo Estatuto da Terra para terem tal condição. Assim, o mesmo autor percebeu nas suas pesquisas casos de contratos que foram apenas verbalmente tratados, sem formalização e, deste modo, com pagamentos muito abaixo do previsto na legislação o que configura uma estratégia de burla das responsabilidades trabalhistas por parte dos contratantes, pois se trata de assalariamento e não contrato de sócios.

Cleiton insere-se em tais condições. Recebe seu salário apenas pelo percentual que varia de 15% a 20% dos lotes de frango entregues pelo seu patrão à Copacol (frigorífico de Cafelândia) e não tem carteira assinada. Neste caso é ele quem fica com as obrigações do cuidado cotidiano com as aves, em suas palavras:

24 horas? Fica o tempo inteiro fazendo atividade. Você não tem descanso cara. Tem dia que eu to sentado aqui, ó, assistindo um jornal aqui, de repente o telefone toca: “Ou, vem aqui que já deu um problema lá”, eu tenho que sair voado. De repente você tá saindo de lá, o caminhão de ração tá chegando, cara. Daí você tem que ir, voltar de novo. E ali a rotina fica (informação verbal).

Percebe-se, então, que todo o trabalho nos aviários não é tarefa dos pequenos capitalistas presentes na avicultura e suinocultura. Há o processo de contratação de mão de obra com a estratégia da “parceria” que insere na condição informal e precária um conjunto significativo de “trabalhadores(as) da avicultura”, também conhecidos como “granjeiros”, aqueles que efetivamente trabalham nos galpões. A insalubridade presente nas suas atividades cotidianas é perceptível, como narra Cleiton:

Nossa, o cara, se deixar por conta, aí é ruim em...não tem uma máscara, não tem um...Esses dias ali, ó, que cerco, eles pediram pra cercar aquilo ali, pra passar tela em volta ali, né? Que ali é o calçamento, ali é a mesma coisa, desinfeta a gente, pra desinfetar...carro não pode entrar ali. “Onti” mesmo nois tava trabalhando lá, ó, com um tratorzinho, né? Daí já teve que parar ele ali no portão, desinfetar e...pra depois entrar pra dentro, se não, não. É complicado, é a norma da empresa lá deles, né? (informação verbal)

A inexistência de equipamentos de proteção e o trabalho ininterrupto fazem parte da rotina destes(as) trabalhadores(as), no geral, informais. Tais condições são muito parecidas

com aquelas que se vinculam à função de apanha e carregamento de aves quando os lotes já estão devidamente prontos para seguirem ao abate. No entanto, estes(as) trabalhadores(as) da apanha não vinculam-se nem às empresas e cooperativas, tampouco aos produtores, mas são terceirizados, o que não lhes confere melhores condições de trabalho, pelo contrário é outra estratégia, por parte das empresas e cooperativas, de não arcar com responsabilidades trabalhistas.

Na pesquisa verificamos que o Ministério Público do Trabalho (MPT) tem fiscalizado tais atividades e nos permitiu acesso aos documentos que integram uma Ação Civil Pública (ACP) movida pela instituição contra a Cooperativa Agroindustrial LAR, de Matelândia (PR). Isso porque, no ano de 2008, ao tomar conhecimento da morte de um apanhador de frango, menor de idade, nessa atividade, o órgão decidiu por iniciar investigação sobre as condições de trabalho impostas para esses(as) trabalhadores(as) vinculados(as) à apanha de frangos, de propriedade da Cooperativa LAR, constatando que: “(...) a jornada, muitas vezes extrapolava 17/20 horas diárias, sem intervalo, caracterizando trabalho escravo contemporâneo, além de transporte irregular de trabalhadores, ausência de EPI e de registro em CTPS” (PROCEDIMENTO PREPARATORIO, 2008¹⁰, p.56). Vinicius, batedor de caixa de empresa terceirizada pela cooperativa Copagril, de Marechal Cândido Rondon (PR), corrobora com as apurações do MPT em relação às longas jornadas de trabalho:

Porque no começo é ruim tipo o horário né pra gente dormir não tinha quase horário chegava tipo chegava da vez umas sete horas, lá pelas dez hora da manhã tinha que saía de novo, chegava sete hora da manhã e as dez tinha que sair de novo (informação verbal).

Não obstante, o desrespeito à legislação trabalhista assume particularidades na atividade de apanha e carregamento de frangos. Alguns exemplos são a inexistência do pagamento de horas extras pelo trabalho realizado, meio de transporte inadequado, não concessão gratuita dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e tampouco da alimentação. Soma-se a tais burlas, um sistema de pagamento dos salários “por aviário”, como explica Vinicius: “É, tipo, nós recebe o valor do aviário, que nem nós ganha 40 pila por aviário, nós que bate caixa. E, é só aqueles 40 pila nem que atrase, que falte, se ficou no

¹⁰ Trata-se da investigação do MPT na atividade de apanha de aves, na cooperativa LAR, a partir do Procedimento Preparatório 000316.2008.09.006/0 – 072, iniciado em 2008, e que concluiu ser ilícita a terceirização dessa atividade, instaurando, em 28 de agosto de 2014, uma Ação Civil Pública com o intuito de obstar essa prática.

aviário ou veio embora, é só 40 pila” (informação verbal). Ou seja, o valor é fixo e definido pela quantidade de aviários para os quais o(a) trabalhador(a) se deslocou para realizar a empreita da apanha e carregamento.

Em que pese a entrevista do trabalhador ter sido realizada no ano de 2011 e, talvez, se possa ter avançado um pouco a tabela de valores recebidos pelos(as) trabalhadores(as), o que realmente importa é constatar a perversidade desse sistema de pagamento “por aviário”, típico, aliás, do capitalismo “flexível” do século XXI. Isto é, ao não receber as horas extras e ficar por vezes a disposição da empresa por 17 horas, conforme denuncia o MPT, esse(a) trabalhador(a) ganha o mesmo quantum como se tivesse trabalhado menos horas. Isso significa que o salário do(a) trabalhador(a) não cresce à medida que trabalha mais ou fica maior tempo à disposição da empresa, ao passo em que se mantém intacta a taxa de lucro da empresa terceirizada. Tal situação é agravada pelo fato de que muitos(as) destes(as) trabalhadores(as) ficam à margem dos direitos trabalhistas, uma vez que estão na condição de informalidade. Gabriel é um desses casos, pois em 2012, estava há um ano sem registro em carteira. Condição que é compartilhada por Rafael ao falar do seu irmão que estava há quase 5 anos no trabalho como apanhador: “(...) este meu irmão mesmo que tá aí, este que tá aí desde o começo, este nunca assinou a carteira” (informação verbal). Além disso, o trabalho para apanhar e carregar os caminhões caracteriza-se por ser intenso e repetitivo, conforme atestam os entendimentos aproximados de Walter (2013, p.51):

Em grande parte dos aviários são engordados cerca de 20.000 frangos e cada trabalhador coloca oito aves por caixa. Quando a turma está completa, são quatro batedores de caixa que ficam responsáveis por carregar cinco mil frangos. Esses cinco mil frangos são colocados em 625 caixas, sendo que cada caixa contém oito frangos. Cada um desses oito frangos pesa em média três quilos, somando assim um total de 24 quilos. Ao final de uma jornada de trabalho, efetuando o carregamento das aves de três aviários, os trabalhadores realizam o ato de abaixar e levantar em média 1.875 vezes em um só dia.

Esses são os cálculos para o movimento dos(as) batedores(as) de caixa, que são responsáveis pelo carregamento do caminhão, mas ainda mais impressionantes são as informações sobre os(as) apanhadores(as). Nas equipes, além dos(as) quatro batedores(as) de caixa, somam-se oito apanhadores(as) de frangos para atingir a meta de vinte mil animais. Nesse cálculo aproximado, em apenas um aviário, cada trabalhador(a) pega 2.500 frangos e, como a apanha consiste no movimento de “abaixar e levantar”, faz isso em iguais duas mil e quinhentas vezes, por aviário.

Ademais, os(as) trabalhadores(as) chegam a apanhar-carregar frangos de dois ou até três aviários, “um pela manhã” e “outro pela noite” e às vezes têm apenas duas horas de descanso em casa. Uma situação que coloca esse tipo de atividade laboral na razão direta das possíveis doenças ocupacionais que podem ocorrer. Vinicius, ao narrar essa situação, é questionado pelo pesquisador sobre como é que o corpo aguenta tanto trabalho e pouco descanso. Eis a sua resposta: “agora aguenta né, mas antes não aguentava muito, tipo, talvez antes, quando comecei, vish! Eu faltava maior aviário, eu ia em dois três só, mas agora é difícil faltar” (informação verbal). Tal situação parece corroborar com o prognóstico de Danilo sobre o provável destino e consequências desse processo de trabalho: “vai chegar um tempo em que o cara não aguenta mais nada” (informação verbal). Este jovem trabalhador de apenas 19 anos complementa: “eu acredito que eu acho que o cara não aguenta uns dez anos” (informação verbal).

Porém, se observarmos ainda o trabalho nas granjas de matrizes das empresas e nos frigoríficos, apesar de serem empregos formais, os relatos de um trabalho intenso e repetitivo são a tônica das narrativas dos(as) trabalhadores(as). Nos aviários de matrizes a imposição da destreza e velocidade nos movimentos e a insalubridade no local de trabalho são aspectos a serem considerados. Isto é, muita poeira, manuseio de produtos químicos e material biológico, todos nocivos à saúde humana, são parte do cotidiano de trabalho. A interpretação relacionada ao “fazer de tudo” é frequente nas narrativas dos(as) trabalhadores(as). Isso significa que aplicar vacinas, apanhar ovos, “virar a cama do aviário”, manusear produtos químicos como o formol, realizar a “compostagem”, dentre outras funções, não é rigidamente fragmentada e específica para cada trabalhador. Além disso, a preocupação massiva das empresas com as aves (mercadorias), resultam em condições nocivas para os(as) trabalhadores(as):

(...) agora eles inventaram um negócio de pano lá cara você fica meio sufocado dentro daquilo lá né porque aquilo lá é quente. O dia inteiro você trabalhando com aquele ar quente ali não faz bem pra pessoa né? Ao invés de deixar os pano baixo eles erguem aquilo lá ó. Tem vez que tá um vento assim lá fora, mas, tão gostoso, tá aqueles pano erguido o dia inteiro né por causa das aves, daí o cara vai fazer o que né? Tem que erguer (informação verbal).

É assim que, o circuito produtivo da frigorificação de carnes, do campo à cidade, cria condições de trabalho insalubres aos(as) trabalhadores(as), pois a preocupação está meramente centrada na mercadoria: frangos e suínos. Esse entendimento é necessário, para compreender os agravos à saúde de Argeu, com seríssimos problemas do sistema respiratório; de Fábio, que relaciona os agravos à sua saúde aos produtos químicos que cotidianamente

manuseava; e de Carlos, com problemas de coluna devido ao trabalho com peso e ao esforço repetitivo.

É devido a tal situação, que entendemos a intensa rotatividade de trabalhadores(as) existente nas granjas de matrizes. Uma resistência individual, para uma realidade do trabalho degradante que, nas contas de Carlos, equivale a 80% dos funcionários(as) que ou estão lesionados ou saíram da empresa. Os motivos são por ele narrados na seguinte perspectiva: “(...) por não suportar mais dor, não suportar mais o trabalho, pediram a conta e saiu (...)” (informação verbal). Tais circunstâncias comparecem também na pesquisa de Fagnani (2014, p.37):

Na pesquisa de campo e durante o tempo em que trabalhei na fábrica, foi impossível ignorar os pulsos enfaixados, as reclamações de dores crônicas, os comentários sobre acidentes com aves e equipamentos e os diálogos sobre automedicação para não faltar ao trabalho, bem como foi visível que alguns trabalhadores adquirem alergias respiratórias e de pele.

Em seguida, na fase final do abate e processamento dos frangos e suínos, o trabalho do operariado fabril, apesar de algumas modificações nos processos industriais com o emprego da maquinaria, mantém-se em grandes contingentes nos abatedouros de empresas de capital privado e nas cooperativas do Oeste Paranaense. A realidade social do trabalho destes sujeitos sociais é bastante presente nas investigações científicas. Os resultados das pesquisas convergem para apontamentos de haver trabalho intenso, repetitivo, degradante e que pode gerar riscos e agravos à saúde. As mesmas constatações são encontradas nas fiscalizações do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outras instituições do Estado que, inclusive, em recente decisão judicial, no ano de 2014, a partir de investigações do MPT condenou a empresa Brasil Foods (BRF), de Toledo (PR), a pagar uma multa de R\$ 10 milhões em virtude das condições de trabalho. Isso significa que há inúmeras provas materiais do trabalho intenso, degradante e repetitivo, desenvolvido nas linhas de produção dos frigoríficos de abate e processamento de carnes.

Se tomarmos como exemplo o trabalho no setor de cortes, em que boa parte da carne é retalhada e destinada à exportação, nos frigoríficos perceberemos a imposição de um trabalho absolutamente repetitivo. Por exemplo, na desossa de coxa e sobrecoxa, a meta estipulada para os(as) trabalhadores(as), na BRF, era de pelo menos 3 coxas por minuto. Isso gera, cerca de 46 ações técnicas nas mãos por minuto, 2.700 a cada hora e 22.000 numa jornada de trabalho. Números que são ainda mais intensos para os setores de evisceração e refile de peito,

em que, no primeiro, há 140 ações/minuto, 8.400 a cada hora e 67.000 na jornada e, no segundo, a sequência é 75 ações/minuto, 4.800 a cada hora e 36.000 na jornada diária¹¹.

Patrícia, Roberta, Franciele, Otacilio, Fabiana que trabalharam em frigoríficos de cooperativas, e Eder, Marina, Emilia, Jane, Caio, Marta, Luana, Cintia, Jurandir, Ligia, Lúcia, Fabiana, Teresa, Neusa e Bruno trabalhadores(as) de uma grande empresa privada do mesmo setor, apontam de forma unânime as consequências imediatas do trabalho: as dores, o inchaço nos braços e o cansaço. São implicações que levam aos agravos à saúde e ao sofrimento físico e psíquico relacionado ao trabalho. Nesse sentido, narra Roberta:

(...) olha... uns tempo pra cá né... a minha mão amortecia, qualquer coisa, tipo... eu... eu pedalando de bicicleta... adormecia por qualquer coisinha né? Sério! Porque assim, o movimento que você tinha direto (...) (informação verbal).

Dormência, queimação, formigamento, dores, sensação de peso, repuxamento, choque, são todos sintomas das doenças relacionadas ao esforço repetitivo (MAENO, 2001), conhecidas como Lesões Por Esforços Repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) ou em nomenclatura única (LER/DORT). Não é à toa, que o Ministério da Previdência Social calcula que a possibilidade de um(a) trabalhador(a) adquirir uma tendinite numa linha de desossa de frangos é 743% superior que em outros setores da economia¹².

Assim, frente a tais situações verificadas na pesquisa, percebemos que o capital, no circuito produtivo da frigorificação de carnes, impõe formas de subordinação, controle, dominação e exploração a partir de complexas e heterogêneas relações de trabalho. Por isso, tratar sobre essas exige o “mergulho” em formas clássicas do trabalho proletariado industrial e no campo, ao mesmo tempo em que é necessário considerar as relações informais e terceirizadas, bem como do trabalho familiar camponês, quase todas permeadas por questões que nos remetem aos agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as).

Considerações Finais

Ao longo da discussão do presente artigo, foi possível perceber as distintas formas de subordinação/exploração/controle do trabalho ao capital da frigorificação de carnes. De forma sintética, chama-nos a atenção os processos de intensificação do trabalho e a sua relação

¹¹ Dados retirados da ACP-1428, 2010, p.11.

¹² Ver mais em: <<http://reporterbrasil.org.br/carneosso/o-filme/>>.

direta com os possíveis agravos à saúde, sendo que essa é uma característica marcante em todas as expressões do trabalho no âmbito desse circuito produtivo: 1) os(as) trabalhadores(as) dos aviários de matrizes são assalariados(as) e formalmente contratados pelas indústrias, assim como nos incubatórios e aplicação das vacinas, trabalhando em ritmo intenso e repetitivo; 2) na relação de integração percebemos a forte presença do trabalho familiar, como também dos(as) pequenos(as) capitalistas que empregam trabalhadores(as) assalariados(as). A sujeição da renda da terra é a essência que rege esse processo de subordinação e que impõe aos(as) camponeses(as) e assalariados(as) dos(as) pequenos(as) capitalistas (granjeiros/ trabalhadores(as) da avicultura), o cuidado ininterrupto com as aves e suínos, algo que não ocorre aos(as) pequenos(as) capitalistas; 3) os(as) apanhadores(as) de frango e batedores(as) de caixa são terceirizados(as) e em muitos casos informais. Vivenciam duras condições de trabalho, com jornadas de trabalho de quase 16 horas, numa atividade que exige significativo esforço repetitivo; 4) os(as) trabalhadores(as) nos frigoríficos, embora diretamente contratados pelas empresas numa relação formal, convivem com ritmos de trabalho absolutamente intensos e, como nas outras atividades, podem sofrer agravos físicos e mentais em decorrência do trabalho.

Todos estes sujeitos sociais têm em comum, condições de trabalho que são impostas pelo ritmo da acumulação capitalista da frigorificação de carnes, a partir da apropriação da mais-valia e da sujeição da renda da terra, que tornam o trabalho no campo e na cidade mais intenso, repetitivo e estafante. Suas experiências, como visto a partir das narrativas, expressam um sentimento negativo com o trabalho. Portanto, a degradação do trabalho é elemento comum para todos(as) esses(as) trabalhadores(as).

Nessa direção, se percebe que a construção histórica do espaço hegemônico da frigorificação de carnes submete os(as) trabalhadores(as) às duras condições de trabalho. Igualmente, aponta para o necessário desafio de “(...) recompor a fragmentação da práxis, social, política e geográfica do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.71), a partir dos resultados que obtivemos ao longo do processo de investigação.

Dessa forma, enquanto os intelectuais discutem camponeses(as), operários(as), informais, como realidades distantes e, por vezes até díspares, o capital da frigorificação de carnes se apropria de todas elas para manter a marcha da acumulação e impor as péssimas condições de trabalho no campo e na cidade do Oeste Paranaense. Ao mesmo tempo, as organizações dos(as) trabalhadores(as) como sindicatos e associações também continuam a

praticar a fragmentação corporativa-categorial, encimada na divisão técnica do trabalho, e reduzem suas ações à esfera da circulação (D'), bem como em alguns casos, há o compromisso aberto com os setores patronais. Enquanto isso, o capital hegemôniza todo o processo de produção (D-M-D') e subordina as diferentes expressões do trabalho no campo e na cidade. Por isso, o espaço hegemônico se mantém e continua sua marcha de acumulação capitalista no Oeste Paranaense.

Esses dois últimos assuntos, pouco explorados ao longo do artigo, são parte das considerações necessárias para o repensar teórico sobre o trabalho e a classe trabalhadora, bem como das próprias organizações coletivas dos (as) trabalhadores(as), profundamente fragmentadas. Portanto, operar com o conceito de classe trabalhadora, reduzido ao proletariado ou ao conjunto dos(as) assalariados(as) despossuídos(as) que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, não é suficiente para compreender os mecanismos de dominação e controle deste tipo específico de capital, tampouco remeter o trabalho familiar à identificação do “assalariamento disfarçado”. Ao mesmo tempo, pautar apenas a sujeição da renda da terra familiar, a partir dos contratos de integração não dá conta de entender as complexas relações de trabalho que se expressam no campo.

Então, antes de apontar teoricamente para as fragmentações identificando apenas as suas “tendências” (se este é “proletarista” ou aquele é “campesinista”), nosso objetivo foi outro: enxergar, a partir da pesquisa, o quanto é limitante se resguardar a tais especializações teóricas, já que, o próprio capital, para garantir seu processo de acumulação, rompe tais barreiras, cobrando-nos entendimentos renovados se temos por objetivo oferecer reflexões que possam dialogar com os(as) trabalhadores(as) na perspectiva (iminente) da emancipação da sociedade do capital e na construção das lutas de resistência (contraespaço). Deste modo, ao reconhecer as inúmeras facetas que compõem as estratégias de controle e exploração do trabalho ao longo do processo produtivo da frigorificação de carnes, a necessidade de articular lutas conjuntas é uma condição *sine qua non* para a construção do contraespaço.

Por fim, resta-nos afirmar que a “leitura” geográfica do trabalho permite compreender a essência das relações sociais que estão na base dos arranjos paisagísticos econômicos, como é o caso da frigorificação de carnes. Deste modo, apesar de os esquemas de exploração e subordinação do trabalho não serem evidentes na empiria do arranjo paisagístico, só sendo possíveis de serem identificados quando se aprofunda no estudo das relações sociais e de poder, invisíveis a olho nu, investiga-los consiste em tema central para compreender a existência do

capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense, base pela qual podemos, além de demonstrá-los, contribuir para pensar a resistência e a luta do trabalho em contraposição ao capital.

Referências Bibliográficas

FAGNANI, L. **Trabalho e trabalhadores na avicultura: experiências de operários na Unidade de Produção de Pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013)**. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon.

FARIAS, L. F. F. C. D. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista**. 2013. 329f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HECK, F. M. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 98-118, set./dez. 2016.

_____. **O espaço e o contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense**. 2017a. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **No abate de frangos e suínos: o trabalho descartado**. Curitiba: Prismas, 2017b.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006.

LIMA, A. M. Geografia: filosofia das técnicas? Reflexões para se pensar uma Geografia do Trabalho. **Pegada Eletrônica**, v.15, n.2, p.19-48, dez. 2014.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAENO, M. **Lesões por esforços repetitivos LER - Cadernos de Saúde do Trabalhador**. São Paulo: Instituto Nacional de Saúde do Trabalho/CUT, 2001.

MARX, K. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. I Tomo 1, 1983.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002.

MOREIRA, E. O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 33-46, jul./dez. 2002.

MOREIRA, R. **O que é geografia? (nova versão reescrita e atualizada)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. 2014. 77 f. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia)**. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, S. T. et al. A categoria trabalho na ciência geográfica: o contexto do pensamento crítico. **Pegada Eletrônica**, v.17, n.1, p.286-309, dez. 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 499 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**, v. 16, 2017.

WALTER, S. I. **Experiências sociais e relações de trabalho dos trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. 2014. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.